

**O ESTADO DA ARTE NO CAMPO DOS ESTUDOS SOBRE O PROUNI:
Refletindo sobre o perfil, permanência e acesso ao mercado de trabalho de
egressos do Curso de Serviço Social da UNIGRANRIO**

Marina Amoedo da Costa¹

Lobélia da Silva Faceira²

Diego Augusto Rivas dos Santos³

RESUMO:

O artigo tem como objetivo apresentar reflexões sobre o perfil, a permanência e o acesso ao mercado de trabalho dos alunos egressos da primeira turma do curso de serviço social, que contou com alunos bolsistas do Programa Universidade para Todos (ingresso em 2006.2 e término em 2010.1) da UNIGRANRIO. O estudo apresenta o debate com relação ao acesso e a permanência dos alunos bolsistas no ensino superior, destacando a perspectiva da democratização e da articulação Educação e Trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Mercado de Trabalho, Ação Afirmativa, PROUNI.

ABSTRACT:

The article aims to present reflections on the profile, stay and access to the labor market of graduates students of the first class of the course of social service, attended by scholarship students of the University for All Program (entry at 2006.2 and ending in 2010.1) of UNIGRANRIO. The study presents the debate regarding access and the permanence of scholarship students in higher education, highlighting the prospect of democratization and Education and Labor joint. Keywords: Education, Labour Market, Affirmative Action, PROUNI.

KEYWORDS: Education, Labour Market, Affirmative Action, PROUNI.

¹ Assistente Social, Mestre em Serviço Social pela PUC RIO, Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC RIO, Coordenadora e docente do Curso de Serviço Social da UNIGRANRIO. E-mail: mcosta@unigranrio.edu.br

² Assistente Social, Mestre em Serviço Social pela Universidade Castelo Branco , Doutora em Educação pela PUC RIO. Atualmente é professora adjunta da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: lobeliasfaceira@yahoo.com.br

³ Assistente Social, Mestre em Serviço Social pela PUC RIO e docente do Curso de Serviço Social da UNIGRANRIO. E-mail: diego.santos@unigranrio.edu.br

1. Introdução

A perspectiva deste artigo é contribuir para o debate acerca do Programa Universidade Para Todos – PROUNI enquanto política de ação afirmativa vinculada à luta pela universalização do direito à educação tomando como base empírica a discussão do binômio *acesso –permanência e acesso ao mercado de trabalho* de alunos PROUNISTAS do Curso de Serviço Social da UNIGRANRIO egressos da primeira turma do curso que contou com alunos bolsistas do PROUNI (ingresso em 2006.2 e termino em 2010.1)

A UNIGRANRIO é uma instituição de ensino superior mantida pela Sociedade Nilza Cordeiro Herdy de Educação e Cultura S/S LTDA , entidade com fins lucrativos, constituída em 02 de maio de 2012, e registrada no 2º Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas de Duque de Caxias-RJ, com sede em Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro. A universidade realizou a sua primeira oferta de curso superior em 1972, possuindo atualmente um total de 26.300 estimado de alunos de graduação, distribuídos em cursos na área das Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Ciências da Saúde, e Ciências Exatas e Tecnológicas- bacharelado, licenciatura e superiores de tecnologia – e, aproximadamente, 10% de alunos bolsistas PROUNISTAS

A Missão da Universidade está assim consagrada: “Promover a qualidade de vida, tendo como instrumento básico o processo educacional”.

Esta missão consagra os valores institucionais e os pilares: **sustentabilidade, empregabilidade, empreendedorismo e tem como tema transversal a responsabilidade social e a interdisciplinaridade**, que sustentam as diretrizes e os projetos pedagógicos dos cursos. (PPPI/UNIGRANRIO 2010-2014)

O cenário empírico da experiência educacional dos alunos PROUNISTAS da UNIGRANRIO, dado a posição de destaque da instituição de ensino superior no âmbito educacional, e a jovialidade da política pública de ação afirmativa (menos de uma década) justificam o empreendimento na busca de diálogo e conhecimento da realidade desses alunos bolsistas em especial os egressos e a sua relação com o acesso ao mercado de trabalho.

Os dados analisados no presente artigo foram obtidos através da aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas e participação em grupo focal (a influência do curso superior na vida do egresso), realizados em julho de 2014 com alunos egressos da primeira turma do curso que contou com alunos bolsistas do PROUNI (ingresso em 2006.2 e término em 2010.1). O universo deste estudo se constituiu por 08 alunos, tendo respondido aos questionários 06 egressos e participado do grupo focal 05 egressos. Esclarecemos que o questionário foi estruturado em cinco blocos: Bloco I – Dados de Identificação; Bloco II – Vida ANTERIOR ao ingresso na Universidade; Bloco III- Permanência na Universidade; Bloco IV- Acesso ao Mercado de Trabalho; e, Bloco V – Influencia do Curso Superior na Vida do Egresso.

Neste sentido, o artigo está estruturado em duas partes: num primeiro momento apresentamos o debate teórico acerca das desigualdades sociais e o direito a educação; numa segunda parte apresentamos a análise teórico empírica com relação ao perfil, a permanência no sistema educacional e o acesso ao mercado de trabalho.

2. Da *ordem social constitucional* a *ordem social real* brasileira: o debate acerca das desigualdades sociais e o direito a educação

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece no que tange a Política Pública da Educação

Titulo III- Da Ordem Social

Capitulo III- Da Educação, da Cultura, e do Desporto.

Seção I Da Educação

Art. 205 – A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CF,1988)

Examinando a operacionalização da política da educação na realidade brasileira a partir do cotidiano da vida dos estudantes em seus diferentes níveis (fundamental, médio, superior), sem empreender qualquer esforço mais sistematizado, percebemos o enorme abismo existente entre os diferentes segmentos de classe no que tange o

acesso e a permanência nos bancos escolares. Ultrapassando o nível da sensibilidade, pois assim o exige o exercício da ciência, os indicadores nos mostram que no Brasil, em três décadas, a renda média do brasileiro subiu 40%, a expectativa de vida passou para 11 anos e a média de escolaridade subiu 4,6 anos, mas a expectativa de anos de escolaridade caiu 0,4 anos (ONU: 2011).

No Brasil, um país de capitalismo periférico, vai apresentar um quadro de desigualdade estrutural fincada nos ditames históricos, não sendo, portanto uma questão de conjuntura, mas de estrutura da organização social e econômica.

Ângela Paiva nos brinda em seu texto com indagações que corroboram com nosso marco conceitual e nos impulsionam à investigação:

E algumas questões se impõem: como interpretar essa equação de indivíduo portador de direitos numa sociedade que manteve padrões de organização social tão distinto se cuja marca de origem foi uma grande desigualdade social? Como se equacionou a promessa de modernidade da primeira constituição com o legado de uma ordem social escravocrata e sistema agrário-exportador, herdados de séculos anteriores? E quais seriam esses padrões que predominaram no nascimento de nossa vida republicana, especialmente no que concerne à população “de cor”, recém- libertada da escravidão? Quais são os traços característicos que imprimiam a marca da ordem social no nascimento da nossa República? Em suma: como o Brasil logrou equacionar a desigualdade social com modernidade? (PAIVA, 2010, p.23)

Desde 1961 quando da promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e do surgimento da Lei 5.540 de 28 de setembro de 1968, se previa a reformulação do ensino universitário, no entanto, a Ditadura Militar sob a ótica desenvolvimentista imprimia forte repressão aos que pensassem de forma diferente. Somente com a reforma da educação superior ocorrida na década de 1990, mudanças na política, na legislação e na forma de gestão das universidades, a *Reforma Universitária*, se colocou em pauta a discussão acerca do acesso e da *permanência* no sistema educacional.

A Constituição Federal de 1988, como sinalizado no início deste artigo, demarca novas fronteiras e novas perspectivas. Os avanços e conquistas em termos do conjunto de reivindicações no âmbito dos direitos sociais, civis e políticos, contemplada constitucionalmente, não são efetivados no que concerne a todos os segmentos de

classe. Em outras palavras, a *educação*, direito garantidas por lei, não é acessível a todos os segmentos da sociedade de forma equânime, podendo se afirmar, por conseguinte, que a modificação no quadro das desigualdades sociais passa, também, pelo fortalecimento do índice de escolaridade.

Nesse cenário podemos apresentar ao debate as *ações afirmativas* que apontam um caminho para a superação das desigualdades presentes no cotidiano das populações. Joaquim Barbosa Gomes nos fornece bases para a compreensão, digamos da *legalidade* das ações afirmativas:

Como se vê, em lugar da concepção <<estática>> da igualdade extraídas das revoluções francesa e americana, cuida-se nos dias atuais de se consolidar a noção de igualdade material ou substancial, que, longe de se apegar ao formalismo e à abstração da concepção igualitária do pensamento liberal oitocentista, recomenda inversamente uma noção <<dinâmica>>, <<militante>> de igualdade, na qual, necessariamente são devidamente pesadas e avaliadas as desigualdades concretas existentes na sociedade, de sorte que as situações desiguais sejam tratadas de maneira dessemelhante, evitando-se assim o aprofundamento e a perpetuação de desigualdades engendradas pela própria sociedade (GOMES, 2001, p. 3).

Observa-se, portanto, que ao ultrapassarmos a noção de *igualdade formal* encaminharmos em direção à noção de *igualdade material*, vamos permitir, no âmbito da concretude das relações sociais, àquelas relações vivenciadas pela população brasileira, quando experimenta o processo de desigualdade social.

Esses sujeitos que vivenciam as desigualdades sociais constituem o público alvo dessas *políticas sociais concretas*, que são veículos de concretização da igualdade material e que serão denominadas e reconhecidas como *políticas de ação afirmativa*.

No campo da educação, as ações afirmativas vêm sendo focadas em grupos que historicamente vivenciam o alijamento do exercício do direito à participação nas políticas sociais de forma plena. Poderíamos, dizer que se trata aqui dos grupos vulneráveis socialmente que experimentam no processo de formação da sociedade brasileira a desapropriação / desafiliação dos bens socialmente produzidos, em última instância da riqueza socialmente produzida.

No campo da Educação Superior no Brasil, tal iniciativa se consolida a partir dos acordos firmados na Conferência de Durban que vão levar a implantação de ações

reconhecidamente como políticas públicas afirmativas. Destacamos, a partir do estudo de Clapp que:

A primeira política afirmativa para a população negra, por decisão do poder público, aconteceu no ano de 2001, com a aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, de uma política de cotas raciais, com uma reserva de vagas de 40% para negros e pardos. Duas universidades públicas do Rio de Janeiro, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), instituíram a política de cotas (CLAPP, 2011, p.58).

As políticas públicas afirmativas se ampliam a partir do século XXI. Nos anos de 2002 e 2003, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e a Universidade Federal de Brasília (UNB) também passaram a adotar o sistema de cotas para afro descendentes. (CLAPP, 2011, p.59)

Concomitantemente às lutas pela democratização no ensino superior, com a participação ativa dos movimentos sociais, aqui no Rio de Janeiro com especial destaque para o *Pré-Vestibular para Negros e Carentes –PVNC*, a Lei 10.172 de 06 de Janeiro de 2001, que institui o Plano Nacional de Educação- PNE, determina que até o final da década de 2000, a educação superior brasileira seja ocupada por pelo menos 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos, o que podemos considerar, no cenário dos atores sociais que corroboram para a implementação do PROUNI , um forte aliado pois, envida a adoção de medidas imediatas para a ampliação do número de vagas no ensino superior brasileiro.

O *PROUNI* editado pela Medida Provisória nº 213/2004 e homologado pela Lei 11.096 de 13 de Janeiro de 2005, surge como um marco significativo na luta pela consolidação de políticas de ação afirmativa no campo da educação superior:

Art. 1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.

O Programa concede bolsas de estudos para alunos oriundos de escola pública

ou que tenham frequentado escola particular com bolsa de estudo integral. As bolsas de estudo podem ser integrais ou parciais com financiamento de 50% ou 25% do valor das mensalidades e para sua concessão são levados em conta a nota do aluno no Exame Nacional do ensino Médio-ENEM e sua condição socioeconômica.

Poderão, também, candidatar-se ao Programa, os portadores de deficiência na forma da lei e os professores da rede pública de ensino para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, sem o critério de renda explicitado acima.

Observa-se, ainda, uma política de cotas pela qual as bolsas de estudo para afros descendentes e indígenas serão concedidas de acordo com a proporção destas populações nos respectivos estados, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O aluno prounista, beneficiário de bolsa parcial ou integral, deve apresentar aproveitamento acadêmico de no mínimo 75% das disciplinas cursadas em cada período, podendo, o coordenador do PROUNI na instituição de ensino, numa interlocução com os responsáveis pela disciplina nas quais houver reprovação, autorizar, por uma única vez, a continuidade da bolsa.

As instituições de ensino que aderem ao PROUNI se beneficiam com a isenção de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Em 2006, o PROUNI instituiu uma bolsa denominada de bolsa permanência no valor de trezentos reais objetivando custear despesas educacionais dos estudantes com bolsa integral em cursos presenciais com duração mínima de seis semestres letivos e carga horária diária igual ou superior a seis horas.

A implantação do PROUNI suscitou, e ainda suscita vários questionamentos quer seja no âmbito da aplicação da ação afirmativa em si, enredada num discurso de queda da qualidade da formação profissional pela matrícula de alunos oriundos de cotas sem levar em conta um critério meritocrático, quer seja do próprio processo de ampliação de vagas na educação superior por meio de instituição privada sem a devida expansão de vagas no setor público, que, em última instância incide no debate sobre a democratização do ensino superior no Brasil.

O termo meritocracia refere-se a uma das mais importantes ideologias e ao principal critério de hierarquização social das sociedades modernas, que permeia as dimensões de vida social no âmbito do espaço público. Nesse sentido, a meritocracia pode ser caracterizada pelo reconhecimento público da qualidade das realizações de um indivíduo, podendo ter uma dimensão positiva e uma dimensão negativa.

Numa dimensão negativa, a meritocracia refere-se a um conjunto de valores que rejeita qualquer forma de privilégios, valorizando as pessoas independentemente de suas trajetórias e biografias sociais. Ou seja, a meritocracia não atribui importância à posição social, econômica e política. Por outro lado, o critério básico de organização social deve ser o desempenho das pessoas, isto é, as habilidades, talentos e esforços individualizados, sendo caracterizada como a dimensão afirmativa da meritocracia.

A discussão sobre meritocracia ficou mais evidente com a disseminação da ideologia neoliberal, que colocou em xeque os valores associados ao Estado de Bem Estar Social, caracterizando o homem como reativo, acomodado, esperando a ação do Estado; enquanto o critério de meritocracia caracteriza um tipo de homem autônomo, competitivo, empreendedor, colocando nos ombros dos indivíduos a responsabilidade exclusiva pelos resultados de sua vida. Nesse sentido, segundo Barbosa (2006): “Por essa lógica, o progresso e o fracasso das pessoas são vistos como diretamente proporcionais aos talentos, às habilidades e ao esforço de cada um, independentemente do contexto.” (p. 26)

Diferentes esferas das sociedades democráticas, como empresas públicas e privadas, universidades e outras organizações, são geridas a partir da análise e aferição do desempenho individual de seus integrantes.

O ProUni coloca em cena o debate sobre a dicotomia entre meritocracia e democracia, apontando em alguns momentos a relevância do mérito na academia em função do rigor científico e, em outros momentos, retomando o debate sobre as desigualdades sociais no cenário brasileiro e o direito a possibilidade de escolha e concorrência pela vaga no ensino superior.

Barbosa (2006) lembra que o primeiro passo da meritocracia consiste em garantir igualdade de condições para a competição, ou seja, o sistema deve ser

democrático e aberto a todos e num segundo momento é estabelecido processos de avaliação referente ao desempenho. Neste sentido, faz-se necessário apresentar o debate sobre o acesso e a permanência no Ensino Superior e no próprio mercado de trabalho.

3.Do campo empírico: o perfil, a permanência no sistema educacional e o acesso ao mercado de trabalho

Os dados aqui apresentados foram coletados a partir de questionário com perguntas abertas e fechadas (dados do perfil, da permanência no ensino superior e o acesso ao mercado de trabalho) e participação em grupo focal (a influência do curso superior na vida do egresso), realizados em julho de 2014 com alunos egressos da primeira turma do curso que contou com alunos bolsistas do PROUNI (ingresso em 2006.2 e término em 2010.1). O universo deste estudo se constituiu por 08 alunos, tendo respondido aos questionários 06 egressos e participado do grupo focal 05 egressos. Os egressos foram orientados quanto ao objetivo do estudo, a confidencialidade dos dados, o anonimato dos participantes (cada participante foi identificado com o nome de um flor) e todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Buscando traçar o *perfil* desses egressos consideramos as seguintes categorias: *sexo, faixa etária, localidade de residência, pertença étnico-racial, estado civil, e renda familiar.*

Quanto ao *sexo*, verifica-se que 100 % são do sexo feminino o que se alinha com o perfil histórico de escolha da profissão de Serviço Social.

Quanto a *faixa etária* 50 % estão na faixa etária de 25 a 34 anos de idade; 16,6 % residem na faixa etária de 35 a 44 anos de idade e 16,6 % na faixa etária de 45 a 59 anos de idade o que se alinha com o perfil de aluno trabalhador indicando uma inserção tardia no que tange o proposto no Plano Nacional de Educação cuja expectativa de escolarização da população, que de acordo com segmentos hoje propostos, um jovem deveria ingressar no ensino superior com 18 anos de idade.

Quanto à *localidade de residência*, 50 % residem em Duque de Caxias; 16,6 % residem em Magé e 16,6 % residem no Rio de Janeiro, o que se alinha ao perfil de aluno que busca formação numa Universidade localizada na Região Metropolitana do Grande Rio.

Quanto à *pertença étnico-racial* 33,33% se autodeclararam brancas; 33,33% se autodeclararam negras e 33,33% se autodeclararam pardas, o que também se alinha com o perfil étnico-racial dos alunos que buscam formação profissional em Serviço Social.

Quanto ao *estado civil* 50% são solteiras, 33,3 % são casadas e 16,6 % estão em união estável.

Quanto à renda familiar 50% possuem renda familiar de 01 salário mínimo e meio a 03 salários mínimos, 16,6 % possuem renda familiar 03 salários mínimos a 05 salários mínimos a e 16,6% possuem renda familiar de 05 salários mínimos a 07 salários mínimos.

Os dados referentes à *permanência no ensino superior* levaram em consideração as seguintes categorias: *motivo de ingresso no ensino superior, motivo de ingresso por meio do PROUNI, como obteve informações sobre o PROUNI, vivência de exclusão de meio acadêmico por conta de sua situação financeira, vivência de preconceito por ter sido bolsista do PROUNI, estratégias econômicas para permanência no ensino superior e estratégias de aprendizagem para permanência no ensino superior.*

Os entrevistados são unânimes em afirmar que o *motivo de ingresso no ensino superior estava circundado à realização de um sonho pessoal e a obtenção de melhores condições competitiva para ingresso no mercado de trabalho.* A inserção no ensino superior se coloca ao mesmo tempo como um balizador de satisfação pessoal e de elevação da auto estima bem como um indicador de ascensão e mobilidade social. Esta situação aparece como uma vertente significativa nos segmentos populacionais que possuem perfil de renda familiar na faixa de 01 até 03 salários mínimos e se constituem no primeiro membro da família a ingressar no ensino superior.

O *motivo de ingresso por meio do PROUNI* se deve ao fato de não possuírem condições de custear seus estudos em Universidade privada e *obtiveram informações sobre o PROUNI* via publicidade e divulgação em suas escolas de Ensino Médio.

No que tange a *vivência de exclusão no meio acadêmico devido a sua situação financeira e vivência de preconceito por ter sido bolsista do PROUNI* foram unânimes em afirmar que não se sentiram excluídos ou diferentes e tiveram uma boa integração com a turma. Este dado é muito significativo haja vista que os alunos PROUNISTAS possuem o mesmo perfil econômico e cultural dos alunos que são público alvo da UNIGRANRIO, não sendo sua situação de cotista percebida como diferente apenas como uma oportunidade de ingresso no ensino superior.

As *estratégias econômicas para permanência no ensino superior* foram conciliar trabalho e estudo e somente uma entrevistada não trabalhou durante a graduação e contou com a ajuda econômica de seus pais e esposo para o custeio de material, passagens e lanche. Os entrevistados ressaltam que se não tivessem trabalhado não poderiam permanecer até a conclusão dos estudos de graduação

As *estratégias de aprendizagem para permanência no ensino superior* foram as leituras, pesquisas e gravação dos conteúdos das aulas.

Os dados referentes ao acesso ao mercado de trabalho levaram em consideração as seguintes categorias: *exerce atividade laborativa, exerce atividade laborativa na área do curso de graduação, concluiu curso de pós-graduação e está cursando curso de pós-graduação.*

O debate acerca do ingresso no ensino superior é um campo fértil para incursões teóricas, porém quando nos deparamos com a realidade vivida por inúmeros alunos ingressantes por meio de cotas em diferentes instituições de ensino superior, que sejam de natureza pública ou privada, a questão da permanência nos bancos escolares nos desafia a conhecer seus óbices, as estratégias empreendidas pelos alunos tanto no âmbito econômico de sua manutenção quanto no âmbito da aprendizagem dos conteúdos postos nos diferentes currículos dos cursos de graduação. Outra questão relevante consiste na articulação entre as categorias Educação e Trabalho, destacando a perspectiva de inserção dos alunos bolsistas e cotista egressos no mercado de trabalho. Estudos apontam que o mundo do trabalho hoje é pautado por injunções que merecem reflexões:

O que caracteriza o mundo do trabalho no fim do século XX, quando se anuncia o século XXI, é que este tornou-se realmente

global. Na mesma escala em que ocorre a globalização do capitalismo, verifica-se a globalização do mundo do trabalho. No âmbito da fábrica global criada com a nova divisão internacional do trabalho e produção – ou seja-, a transição do fordismo ao toyotismo e a dinamização do mercado mundial, amplamente favorecidas pelas tecnologias eletrônicas – colocam-se novas formas e novos significados do trabalho. (IANNI, 1994, p.1)

Verifica-se uma nova sociabilidade no que tange o mundo do trabalho haja vista que a globalização do capitalismo gera a globalização do mundo do trabalho, imprimindo por conseguinte novas relações e novas formas de organização do processo de trabalho e das relações trabalhistas. Vamos assistir ao mundo do trabalho alinhado a perspectiva da economia de mercado que no bojo da acumulação flexível prescinde de uma flexibilidade dos processos de trabalho exigindo para isto também um “trabalhador flexível”.

O trabalho informal, precarizado e o subemprego apresentam-se como formas de exploração do trabalho que caminha *pari passu* com a redução permanente dos direitos sociais e a exploração e extração da mais valia e ampliação do processo de alienação das relações de trabalho.

Ressalta-se que as tendências contemporâneas no mercado de trabalho do serviço Social brasileiro dever ser analisadas considerando o atual estágio do capitalismo na medida em que este impõe significativas redefinições ao Serviço Social, como nas demais, profissões, sobretudo nas condições de trabalho e na redefinição da sua demanda sócio-histórica, que implica em mudanças no seu significado e funcionalidade social (TAVARES, 2012, p.210)

Ao revelar o Serviço Social como trabalho inscrito no âmbito da produção e reprodução da vida em sociedade, entende-se que este mercado de trabalho se materializa dentro da estruturação de ordem capitalista, caracterizada pelo conflito das classes em disputa que define o poder sobre o mercado. (...) o trabalhador necessita vender sua força de trabalho para a sobrevivência, sofrendo todas as oscilações presentes no mercado, sobretudo a partir das novas formas de organização e gestão do trabalho, em consequência das transformações econômicas e sociopolíticas nos processos de acumulação do capital nos últimos anos (IBIDEM, p.211)

Busca-se, então, um trabalhador disposto a submeter-se a condições e ofertas

de trabalho precarizados que vão desde as insuficientes ofertas de concursos públicos, a não explicitação de critérios universais para a concessão das vagas nos processos seletivos privados e terceirizados, pelo atrelamento da oferta de trabalho ao mandonismo político e ao clientelismo presente no Estado brasileiro, passando pelas condições aviltantes de trabalho com relações de trabalho desprotegias socialmente e até a imposição de tarefas fora do âmbito de sua qualificação profissional em nome da requisição de um profissional polivalente.

Com base nos dados empíricos, verifica-se que 33,3% exercem atividade laborativa e 66,6% não exercem atividade laborativa. Dos que exercem atividade laborativa, 100% exercem atividade laborativa na área do curso de graduação e com vínculo formal de trabalho, sendo que 50% trabalham em instituição pública e 50% trabalham em instituição privada.

Os que exercem atividade laborativa foram indicados para as posições que ocupam e não realizou um processo seletivo público de ampla concorrência. Os alunos evidenciaram um cenário de precarização das relações de trabalho com forte presença da indicação política para a ocupação de cargos na área de Serviço Social, especialmente no campo da Assistência Social e Saúde.

Quanto à *conclusão de pós-graduação*, 83,3% não concluíram curso de pós-graduação e 16,6 % concluíram curso de especialização em Políticas Sociais.

Quanto a *estar cursando* curso de pós-graduação, 83,3% não está cursando curso de pós graduação e 16,6 % está cursando Mestrado em Saúde Coletiva.

Os dados referentes à *influenciado curso superior na vida do egresso consideraram para o levantamento de dados três categorias: influência na vida cultural, influência na vida pessoal e influência na vida profissional.*

Quanto à *influência na vida cultural* pudemos levantar falas significativas acerca do curso de graduação, em especial o Curso de Serviço Social, ter proporcionado um olhar crítico da sociedade e de ter ampliado os horizontes em termos de conhecimento da realidade e do mundo.

Quanto à *influência na vida pessoal* pudemos levantar falas significativas acerca da oportunidade de estar cursando o ensino superior que se constitui em um sonho para se tornar independente e realizado pessoalmente.

Quanto à *influência na vida profissional*, levantam considerações acerca da expectativa de estarem, inseridos no mercado de trabalho na área de Serviço Social apesar de reconhecerem um cenário precário com um mercado retraído e politizado dependendo de indicação política para a conquista de um espaço de trabalho e apontam também para a dificuldade do primeiro emprego, pois exigem experiência. Possuem visão crítica acerca das relações de trabalho nesse cenário globalizado que afetam não só os postos de trabalho na área de Serviço Social mas o mundo do trabalho como um todo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As desigualdades sociais, no caso brasileiro, tem sido enfrentadas, por meio de políticas de redistribuição, privilegiando aspectos econômicos e que não trouxeram de imediato a solução aos problemas dessas desigualdades, revelando a necessidade de se pensar em utilizar políticas de reconhecimento, haja vista que a inserção de classe social *per si* não dimensiona a realidade dos diferentes grupos societários no que tange ao acesso aos direitos sociais, muito menos valorizam as identidades desrespeitadas ao longo da história.

Como nos indica Fraser (2002) “Ao analisara redistribuição e o reconhecimento como duas dimensões mutuamente irreduzíveis da justiça, amplia-se a sua concepção usual de modo a abarcar injustiças quer de estatuto, quer de classe” (p14)

O PROUNI ao se inscrever como um programa de inclusão educacional com corte social e racial permite no bojo das políticas de ação afirmativa criar possibilidades concretas de participação de grupos socialmente discriminados, neste caso específico participar da política pública de educação como um direito universal.

OPROUNI configura-se como um campo marcado por dualidades e contradições à cerca da opinião pública e de estudiosos do assunto, sendo apresentado por alguns como política pública de ação afirmativa e, por outros, como uma “saída” encontrada pelo estado para transferir para a sociedade civil a responsabilidade da educação superior, por meio do fortalecimento do setor privado. Ou seja, a educação que consiste num direito passa a ser fornecido pelo setor privado como mercadoria.

Mesmo diante de críticas e fragilidades apresentadas pelo PROUNI, faz-se necessário destacar a eficácia do programa no sentido da garantia ao acesso à universidade para muitos indivíduos historicamente excluídos desse espaço; ressaltando ainda a importância da efetivação de políticas públicas de cunho universal na perspectiva de direitos e da democratização à educação.

Os alunos egressos da primeira turma do curso que contou com alunos bolsistas do PROUNI como sujeitos desse estudo nos revelam um perfil de profissional que busca por meio do ensino superior ascender em sua posição social via educação. As reflexões críticas trazidas por esse grupo quanto ao acesso ao mercado de trabalho via qualificação fornecida por um curso de graduação superior nos confirmam o cenário da forte influência da reestruturação produtiva no mundo do trabalho: trabalho informal, precarizado e subemprego que se apresentam na realidade vivida por esses egressos e pelos demais egressos não oriundos de cotas educacionais.

A polêmica e debate se instauram e novos estudos que possam apresentar os meandros da política pública de educação, da política de ação afirmativa no campo da educação superior, da implantação do PROUNI nas diferentes IES, e das lutas, não só pelo acesso à universidade, mas na permanência no sistema educacional e no acesso ao mercado de trabalho são imprescindíveis à democracia e as lutas pela efetivação da cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Livia. Igualdade e Meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas Emendas Constitucionais N.1/92 a 38/2002 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão N.1 a 6.94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002

BRASIL. Lei 10.172 de 06 de Janeiro de 2001. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 07/12/13

BRASIL. Lei 11.096 de 13 de Janeiro de 2005. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 07/12/13

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) Estatísticas do ensino superior. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 07/12/13

CLAPP, A. *Ação Afirmativa na PUC - Rio: a inserção de alunos pobres e negros*. Rio de Janeiro: Ed. PUC - Rio, 2011.

_____. Políticas de Reconhecimento x Políticas de Redistribuição – Um dilema contemporâneo IN *O Social em Questão*. Ano XIII n. 23 (2010), Rio de Janeiro: PUC - Rio. Departamento de Serviço Social, 1997-2010.

FRASER, Nancy. A Justiça social na globalização: Redistribuição reconhecimento e participação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.63,2002.

GOMES, J.B.B.A recepção do instituto da ação afirmativa no Direito Constitucional Brasileiro. *Revista de Informação Legislativa*, ano 38, n.151,2001.

IANNI, Octavio. O mundo do trabalho. *São Paulo em Perspectiva*, 8(1):1-12, janeiro/março,1994. Disponível em: http://www.sead.gov.br/produtos/spp/v08n01/v08n01_01.pdf

NASCIMENTO, Alexandre do. *Do direito a universidade a universalização de direitos: o movimento dos cursos pré-vestibulares populares e as políticas de ação afirmativa*, Rio de Janeiro: Litteris Ed.,2012

ONU. Relatório das Organizações Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 2011

PAIVA, A.M.R. Direitos, desigualdade e acesso à universidade IN *O Social em Questão*. Ano XIII, n. 23 (2010), Rio de Janeiro: PUC - Rio. Departamento de Serviço Social, 1997-2010.

PIOVESAN, F. *Temas de Direitos Humanos*, Ed. Max Limonad, São Paulo, 1998
Plano Nacional de Educação e ensino de graduação. Disponível em: <<http://www.georgezarur.com.br>> Acesso em: 07/12/13

UNIGRANRIO. *Projeto Político Pedagógico Institucional –PPPI.2010-2014*

TAVARES, Maria da Augusta da Silva. *Repercussões das metamorfoses no mercado de trabalho do Serviço Social*,IN:*EM PAUTA*, Rio de Janeiro - 2º semestre de 2012 – n.30,v.10,p.209-231 *Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

VALENTIN, Daniela Frida Drelich. *Ex-alunos negros cotistas da UERJ: os desacreditados e o sucesso acadêmico*. Rio de Janeiro:Quartet:Faperj, 2012